



## **PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRECTO 63/2016-E/AD**

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

**Objecto do contrato**

Requalificação de caminhos florestais da rede secundária – rede de faixa de gestão de combustível.

**Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município de Tondela, situada em Largo da República nº 16, 3464-001 Tondela, com os números de telefone 232811110 e de fax 232811120 e com o endereço electrónico obras.publicas@cm-tondela.pt

**Órgão responsável pela decisão de contratar**

A decisão de contratar é da responsabilidade do Presidência. Presidente.

**Tipo do contrato**

Empreitadas de Obras Públicas.

Categorias e sub-categorias de alvará/título de registo necessárias

13ª subcategoria-Caminhos agrícolas e florestais da 5ª Categoria – Outros Trabalhos

**Critério de Ajuste Directo**

O ajuste directo será realizado através do critério do valor.

**Preço Base**

O preço base fixado será de 148.000,00 euros.

**Critério de Adjudicação**

O critério de adjudicação é o do mais baixo preço.

O critério de desempate usado é a hora de entrega das propostas.

**Negociação**

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

**Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta**

- Certidão Permanente;
- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP ;
- Documentos exigidos pelo programa do procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
- Memória Descritiva;
- Nota Justificativa;
- PGR;
- PSS;
- Um plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º do CCP;
- Uma lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução.

**Idioma dos documentos da proposta**

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, devem ser redigidos em Português

**Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados**

- Alvarás ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar ou, no caso de o contrato respeitar a um lote funcionalmente não autónomo, as habilitações adequadas e necessárias à execução dos trabalhos inerentes à totalidade dos lotes que constituem a obra;

- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP ;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP.

**Prazo de entrega dos documentos de habilitação**

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias após a data de adjudicação.

**Prazo para a supressão de irregularidades detectadas nos documentos de habilitação apresentados**

O prazo para a supressão de irregularidades detectadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias.

**Prazo para entrega da proposta**

A data limite para a entrega das propostas é 2016-09-22, até as 17 horas.

**Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respectiva proposta**

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

**Modo de apresentação da proposta**

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma electrónica acinGov ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

**Pedidos de esclarecimentos**

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente.

**Prestação da caução**

Não é exigida a prestação de caução. No entanto, tal como previsto no caderno de encargos, proceder-se-á a retenção de 10.00% do valor dos pagamentos.

**Dever de informação (Artigo 71.º, Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)**

O órgão responsável compromete-se a informar por escrito, no processo, se foram cumpridas todas as obrigações legais ou regulamentares, relativamente a todos os processos que corram pelos serviços que dirige e careçam de decisão ou deliberação dos eleitos locais, assim como a emitir prévia informação escrita no âmbito da instrução de pedidos de parecer a submeter à administração central.

\* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.